# *Capítulo 94*

# Contradições do mundo contemporâneo: o Brasil na ditadura militar

Os militares passaram a controlar a vida política brasileira logo nos primeiros dias de abril de 1964. Tinham chegado ao poder para, entre outras coisas, "salvar a democracia", mas acabariam com ela e no poder ficariam por duas décadas.

A organização do *sistema* que implantariam e a sustentação do regime se deviam bastante à atuação de uma entidade criada em agosto de 1949, nos moldes de congêneres dos Estados Unidos e da França dos anos de 1930: a *Escola Superior de Guerra* (ESG). Centro de estudos "político-militares", tornou-se importante núcleo de irradiação ideológica, reunindo intelectuais conservadores militares e civis. Destacavam-se os generais Golbery do Couto e Silva, Castelo Branco e Cordeiro de Farias e os professores Glycon de Paiva, Garrido Torres e Mário Henrique Simonsen.

## *1. Primeiras medidas*

As *tendências conciliadoras* dos parlamentares não agradavam aos ministros do governo provisório, brigadeiro Correia de Mello, da Aeronáutica, almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e general Costa e Silva, do Exército. Em 9 de abril de 1964, com a autoridade que a si atribuíram de Supremo Comando Revolucionário, publicaram um Ato Institucional, que estabelecia eleições indiretas para presidente da República; dava aos comandantes o poder de decretar estado de sítio, suspender as garantias constitucionais e suprimir direitos políticos por até dez anos.

Em 11 de abril, o Congresso elegeu presidente o marechal Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e coordenador da conspiração contra Jango. As primeiras medidas anularam atos do governo anterior e reprimiram prováveis opositores:

- revogação da nacionalização das refinarias de petróleo;
- revogação da desapropriação de terras;
- cassação e suspensão de direitos políticos de 378 pessoas, entre elas: três ex-presidentes, Juscelino, Jânio e Jango; seis governadores; 55 membros do Congresso Nacional;
- demissão de 10 000 funcionários públicos;
- instauração de 5 000 investigações contra 40 000 pessoas.

Castelo também romperia relações diplomáticas com Cuba. Em sua equipe de governo, havia antigos liberais da UDN e do PSD, além de ideólogos conservadores ligados à Escola Superior de Guerra.

## *2. Objetivos econômicos*

Os principais objetivos econômicos dos governos que se seguiram a 1964 foram:

- fazer o país se desenvolver;
- controlar a inflação, sobretudo através da contenção do crédito e dos salários;
- diminuir as diferenças regionais;
- diminuir o déficit da balança de pagamentos;
- incentivar as exportações;
- atrair capitais estrangeiros, oferecendo possibilidades de bons lucros e de estabilidade política.

Os objetivos, constantes do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) elaborado durante o governo Castelo Branco (1964-1967), foram perseguidos durante os governos militares seguintes: Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

Os militares fizeram o país crescer mais, incentivaram as exportações e atraíram capitais estrangeiros. Mas não diminuíram o déficit da balança de pagamentos, não diminuíram as diferenças regionais nem controlaram a inflação, que chegou a 223% em 1984.

O *milagre econômico* foi inegável. Em 16 anos, o Brasil saltou do 50º para o 10º lugar na lista de nações com maior PIB (Produto Interno Bruto). Concentrou mais de um quarto do desenvolvimento industrial do chamado Terceiro Mundo. Subiu o nível técnico da produção. Além de tudo, cresceram acima da taxa de crescimento da população: o número de matrículas escolares; o de leitos em hospitais; de médicos; de casas com água, luz e

esgoto. E aumentou a proporção de lares com eletrodomésticos e automóveis.

O estímulo à exportação deu resultado. Em 1964, exportamos 9,7% de nossa produção; em 1976, 22,5%. Mas aconteceram fenômenos curiosos. Com o feijão, por exemplo, base da alimentação do brasileiro. Em 1964, produzimos 1,9 milhão de toneladas, contra 300 000 toneladas de soja. Em 1980, produzimos 15,1 milhões de toneladas de soja, contra 1,9 milhão de toneladas de feijão. Ou seja, o alimento mais popular do país ficou na mesma, enquanto a soja, estimulada pelo mercado externo e pelos incentivos do governo, cresceu 5 000%.

No período áureo da ditadura militar, entre 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu 11% ao ano. O "milagre" resultou de vários fatores:

- arrocho de salários, permitindo maior poupança aos capitalistas para investir;
- situação internacional vantajosa: preços altos na venda de produtos brasileiros e baixos na compra de alguns estrangeiros, como petróleo;
- grandes investimentos estatais;
- taxas de juros internacionais baixas;
- grande endividamento externo, público e particular;
- participação das multinacionais.

## A crise

A economia capitalista, vale recordar, se desenvolve em ciclos: à expansão sucede a recessão. Quanto maior a expansão, maior a recessão. Os *países centrais* administram suas economias de modo a evitar crescimento acelerado, para impedir recessão brusca e violenta. Os ciclos tornam-se mais suaves. Os *países dependentes* não conseguem controlar seus ciclos pois, além de sua situação interna, sofrem as conseqüências da crise do resto do mundo. Assim, por volta de 1974, começou uma crise mundial, com o aumento do preço do petróleo e outros produtos, como trigo e fertilizantes; e o déficit da nossa balança comercial, entre 1974 e 1977, chegou a 10 bilhões de dólares.

No Brasil, a crise foi duplamente grave, porque:

- o "milagre" feito com financiamento externo, que acarretou enorme dívida, não desenvolveu o mercado interno; concentrou-se em grandes obras, muitas delas desnecessárias (usinas nucleares por exemplo), e na produção de bens duráveis inacessíveis ao grosso da população (aparelhos eletrônicos, automóveis);
- com a crise mundial, os juros subiram e o Brasil passou a receber pelas exportações menos do que pagava por elas.

Entre 1970 e 1980, cresceu a concentração de renda: os ricos ficaram mais ricos; os pobres, mais pobres. Os 5% mais ricos aumentaram sua participação de 30,3% para 34,7% na renda urbana; e de 23,7% para 44,2% na renda rural. Os 50% mais pobres diminuíram sua participação de 16% para 13,1% na renda urbana; e de 22,4% para 14,9% na renda rural.

A concentração impediu a maior parte da população de usufruir do "milagre" e o governo justificava com a famosa tirada de que era preciso "*fazer o bolo crescer para depois repartir*". O bolo cresceu mas jamais foi repartido. A crise tornou a situação do povo dramática: desemprego jamais visto, salário real despencando. Em 1984, de cada três brasileiros, dois passavam fome; e 1 000 crianças de até 1 ano morriam de fome diariamente. Em vésperas do golpe militar de 1964, havia 27 milhões de desnutridos no país, ou 38% da população; em 1984, o número chegou a 84 milhões, ou 65% da população.

## *3. O papel das multinacionais*

A economia brasileira sempre esteve voltada para o mercado externo: pau-brasil, açúcar, ouro, café, borracha, cacau, minério de ferro, soja... Esse comércio se caracteriza pela exportação de produtos não-industrializados e importação de bens manufaturados, a preços superiores aos daqueles. Até o fim do período colonial, isto era inevitável, pois os portugueses impediam a industrialização. Mas, após a Independência, o país continuou exportando matéria-prima e importando bens industrializados, cada vez mais caros. Isto é, o Brasil continuou em situação de *dependência econômica*.

A presença de empresas estrangeiras acrescentou outro elemento a essa dependência: elas passaram a ocupar espaços na produção e no comércio dos produtos. O interesse das empresas multinacionais em países do Terceiro Mundo se explica por três fatores:

- abrir ou consolidar mercados;
- ter acesso fácil a matérias-primas e a recursos naturais;
- obter mão-de-obra barata.

Para as multinacionais, o Brasil era um sonho dourado, pois possuía os três fatores. No fim da II Guerra Mundial, já havia 42 subsidiárias de empresas americanas no Brasil; 28 resultaram da compra pura e simples de empresas brasileiras.

## Juscelino facilita

A guinada pró-capital estrangeiro começou após a morte de Getúlio. O vice, Café Filho, aprovou a Resolução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que permitiu às multinacionais importar máquinas, mesmo obsoletas, sem pagar taxa. Era apenas o ensaio para o que aconteceria no governo de Juscelino Kubitschek.

A partir de 1955, abriram-se as portas ao capital estrangeiro. Juscelino ofereceu um pacote de estímulos. Isentou as *múltis*, durante um período de carência, de impostos para importação de máquinas; forneceu créditos federais, facilidades de infra-estrutura e outras vantagens. Nos cinco anos do governo Juscelino, os investimentos estrangeiros somaram 120 milhões de dólares por ano, cinco vezes mais do que o investido anteriormente. A produção de máquinas cresceu 125%; a de equipamentos elétricos, 300%; o Produto Interno Bruto, 7% ao ano. Qual o preço pago?

No fim do governo JK, como a imprensa o chamava, os grupos multinacionais já dominavam: 100% da indústria automobilística; 90% da de vidro; 86% da farmacêutica; 80% da de borracha; 60% da de máquinas e autopeças; detinham 31% da produção industrial e 8,5% do Produto Nacional Bruto (PNB).

## 1964: mais concessões

Durante o governo João Goulart, o capital estrangeiro tomou alguns sustos. Por exemplo, a encampação de subsidiárias da companhia telefônica ITT e da empresa de eletricidade American & Foreign Power, por iniciativa do então governador gaúcho Leonel Brizola. Mas o que mais preocupava era a regulamentação da remessa de lucros para o exterior. Para impedir esta reforma de base, as múltis se aliaram ao bloco vitorioso em abril de 1964.

O regime militar iria além da liberação da remessa de lucros: criaria condições para que esses lucros aumentassem. Seriam eliminadas as garantias de emprego, para reduzir os gastos com mão-de-obra; o Estado se modernizaria, para se tornar um patrocinador do crescimento do grande capital; reformas fiscais facilitariam a transferência das riquezas do bolso dos trabalhadores para o financiamento de grandes projetos. Nada disso seria possível sem repressão ao meio operário.

O resultado é fácil de verificar. Em 1978, entre as 500 maiores empresas privadas do país, 169 eram estrangeiras:

- 71 americanas;
- 22 alemãs;
- 11 holandesas;
- 11 italianas;
- 9 inglesas; etc.

As múltis detinham 50% do valor total de vendas. Em termos de faturamento, das dez maiores empresas, apenas duas eram brasileiras. Veja o quadro:

EMPRESAS QUE MAIS FATURAM NO BRASIL — 1979

*Em bilhões de cruzeiros*

| **Empresa** | **Nacionalidade** | **Faturamento** |
|---|---|---|
| Petrobrás | Brasil | 225,2 |
| Esso | EUA | 57,1 |
| Shell | Inglaterra | 48,8 |
| Volkswagen | Alemanha | 47,4 |
| Atlantic | EUA | 37,1 |
| Texaco | EUA | 36,8 |
| Ford | EUA | 31,8 |
| M.-Benz | Alemanha | 30,8 |
| General Motors | EUA | 29,7 |
| Petróleo Ipiranga | Brasil | 26,3 |

Dois aspectos marcam a invasão das múltis:

- Elas levam mais dólares do que trazem; estudo da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre multinacionais, que analisou onze delas de 1965 a 1975, mostrou que não houve exceção e que o exemplo extremo era o da Volkswagen: somando tudo quanto ela havia aplicado no país até 1975, inclusive lucro gerado internamente, e subtraindo o enviado para fora, o que sobrava era um rombo de 159,6 milhões de dólares.

• Elas desenvolvem seus projetos com incentivos fiscais, isto é, com dinheiro do povo brasileiro; isto se deu especialmente na compra de terras e no desenvolvimento de projetos agropecuários.

As múltis, depois de dominar a indústria, partiram para a conquista do interior. Grandes projetos se desenvolveram, principalmente na Amazônia e no Nordeste. Um episódio ilustra a colaboração oficial. Em 1975, o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, reunido com empresários estrangeiros em Salzburg (Áustria), ouviu queixas contra a lei brasileira que regulamenta a venda de terras a estrangeiros: um item restringe a 10% da área do município a quantidade que eles podem comprar. O ministro deu aos capitalistas internacionais um conselho: "Basta pegar dois municípios vizinhos e comprar dez por cento de um e dez por cento de outro".

## *4. Poder jamais visto*

O projeto que os militares tinham em mente não poderia sustentar-se, caso não tivessem poderes excepcionais nas mãos. Eles apelaram para a *legitimidade revolucionária* e se atribuíram tais poderes, mediante *Atos Institucionais* (AIs). Vamos resumir os dispositivos mais importantes:

**AI-1** (9-4-1964) — Eleição indireta do presidente; autorização ao Executivo para, durante 60 dias, cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; suspensão das garantias constitucionais por seis meses.

**AI-2** (27-10-1965) — Mais poderes ao presidente quanto à apresentação de projetos de lei; Justiça Militar passa a julgar civis incursos em crimes contra a segurança nacional; eleições indiretas para os futuros presidentes; autorização para cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; extinção dos partidos políticos e autorização para a organização de apenas dois: Arena (Aliança Renovadora Nacional, pró-regime militar) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição consentida).

**AI-3** (5-2-1966) — Eleições indiretas para governadores de Estados; nomeação de prefeitos de capitais pelos governadores.

**AI-5** (13-12-1968) — Autorização ao presidente da República para: decretar o recesso do Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais; intervir nos Estados, municípios e territórios; cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; decretar estado de sítio; decretar o confisco de bens.

O general Costa e Silva, ao baixar o AI-5, pôs o Congresso em recesso. Este só seria convocado novamente para aprovar a indicação do general Médici para a Presidência, em outubro de 1969. O pretexto para decretar o AI-5 e fechar o Congresso foi a negativa deste para o Executivo processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ofender as Forças Armadas em discurso. Os poderes discricionários de que a ditadura passaria a dispor com o AI-5 não tinham limites. O vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil, declarou então que, com o AI-5 em vigência, o que ele temia não era tanto os chefes militares, mas o guarda da esquina.

Era uma profecia do que estava por vir.

**AI-12** (31-8-1969) — Autorização aos ministros militares para assumir o governo em lugar do vice-presidente, Pedro Aleixo, quando Costa e Silva adoeceu gravemente.

Em 24 de janeiro de 1967 foi promulgada nova Constituição. Em 1969, a junta militar introduziu a *Emenda Constitucional nº 1*, concentrando mais poderes ainda nas mãos do Executivo. Contra esta Constituição, modificada por emendas posteriores, amplos setores da sociedade se manifestariam a partir do fim da década de 1970, exigindo uma nova Carta, elaborada por uma Assembléia Constituinte.

A Emenda Constitucional de 1969 concedia poderes extraordinários ao presidente. Só a ele caberia a iniciativa de leis que dispusessem sobre:

• matéria financeira;

• criação de cargos, funções ou empregos públicos ou o aumento de vencimentos ou da despesa pública;

• fixação ou modificação dos efetivos das Forças Armadas;

• organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoais da administração do Distrito Federal, bem como sobre organização judiciária, administrativa e matéria judiciária dos territórios;

- servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
- concessão de anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Também de acordo com o *artigo 81* da Constituição caberia apenas ao presidente:

- exercer a direção superior da administração federal, com o auxílio dos ministros;
- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- vetar projetos de lei;
- exercer o comando das Forças Armadas;
- determinar medidas de emergência e decretar estado de sítio e estado de emergência;
- decretar e executar a intervenção federal.

Ficaram, pois, bastante limitadas as atribuições e iniciativas do Poder Legislativo, especialmente em seu campo de atuação, que é o de discutir, elaborar e aprovar leis de interesse coletivo. Em 1980, por exemplo, o Legislativo aprovou 90% de projetos emanados do Executivo. Também ficou prejudicada a independência do Poder Judiciário, pois a Constituição de 1969 restringiu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos dos juízes.

## 5. Cassação, censura, tortura

Os governos militares resumiram seus grandes objetivos em duas palavras: *segurança e desenvolvimento*. Tais metas são contestadas, pois o desenvolvimento beneficiou a poucos e promoveu-se a segurança para o Estado, à custa da insegurança da população. "*O país vai bem, o povo é que vai mal*", sintetizaria um dos próprios generais-presidentes, Garrastazu Médici. De fato, os 10% mais ricos do país, que se apropriavam de 45,4% da renda nacional em 1960, passariam a apropriar-se de 54% em 1976. As conseqüências do aguçamento das desigualdades ficariam bem visíveis nas grandes cidades, assoladas pela violência, coalhadas de favelas, com crianças abandonadas pelas ruas, ao lado de majestosos edifícios-sedes de multinacionais e bairros opulentos, com suas mansões cercadas de grades e protegidas por seguranças particulares.

Tal como no Irã, na Coréia do Sul, na Indonésia e em outros países, também no Brasil o "milagre econômico" promovido em associação com multinacionais se deu em condições de autoritarismo e dura repressão política a toda oposição. As publicações foram censuradas, as contestações armadas reprimidas com tortura e execuções; políticos, cassados. Perto de 5 000 pessoas perderam os direitos políticos, entre militares, professores, governadores, prefeitos, deputados federais, juízes, servidores públicos, três ex-presidentes. Cerca de 150 militantes "desapareceram" e 180 foram mortos. Pelo menos em São Paulo, grandes empresas financiaram a montagem do aparelho repressivo, que incluía câmaras de tortura.

As ações do regime militar se pautavam pela *doutrina da segurança nacional*, desenvolvida a partir da guerra fria; ela atribui ao Estado, como principal função, a defesa da "ordem democrática" contra a "guerra revolucionária, subversiva", promovida pelo "movimento comunista internacional". Para cumprir a tarefa, o Estado se apóia nas Forças Armadas, encarregadas tanto da difusão ideológica quanto da repressão. O confronto entre *mundo livre* e comunismo seria agora travado dentro da sociedade: de um lado, a *subversão* das greves, passeatas, luta armada etc.; de outro, as *forças da ordem*, o governo e seus partidários. Em nome da segurança nacional valeria tudo, e a ditadura declarou guerra às forças populares e a todas as formas de resistência democrática.

Nessa *guerra*, o Estado militar tem poderosos aliados. Amedrontadas com a luta de classes e seduzidas pela promessa de segurança e desenvolvimento, a burguesia e boa parte da classe média aderem ou se acomodam ao regime autoritário. A classe média quer a ordem da segurança individual e do controle de conflitos sociais; o empresariado nacional e estrangeiro quer retomar o crescimento em condições favoráveis (abertura da economia para o exterior, acesso a subsídios e crédito público, arrocho salarial, controle sindical).

A partir da *Lei de Segurança Nacional* de 1969, várias vezes reformulada, todo cidadão passava a ser responsável pela segurança nacional. Ou seja, responsável pela segurança do Estado militar e, assim, privado dos direitos da cidadania. A Lei nº 6 620, de 17 de dezembro de 1978, atribuiu à Justiça Militar o julgamento dos crimes contra a segurança nacional, com base no Código de Processo Penal Militar. Ela descreveu nada menos de quarenta tipos de crimes, como estes:

**Art. 14** — Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

**Art. 19** — Ofender publicamente, por palavras ou escrito, chefe de governo de nação estrangeira.

**Art. 33** — Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo.

**Art. 37** — Cessarem funcionários públicos, coletivamente, no todo ou em parte, os serviços a seu cargo.

**Art. 42** — Fazer propaganda subversiva.

O *artigo 50* dava ao ministro da Justiça poder para apreender livro, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie. Contra os estudantes se abateu o *Decreto 477*, de fevereiro de 1969, que proibia atividades políticas nas escolas; a diretoria poderia suspender os infratores. Até 1968, os operários ainda se manifestaram. Criaram em 1967 o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e realizaram grandes greves em Osasco (SP) e Contagem (MG). Mas com o AI-5, baixado numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968, começou a grande noite dos trabalhadores. Até 1974, o movimento sindical se desenvolveria na clandestinidade.

Artes e imprensa sofreram rigorosa censura. Em muitos jornais, os censores trabalhavam em plena redação; liam tudo e tudo olhavam. Cortavam textos e riscavam fotos que julgavam inconvenientes. Alguns jornais resolveram mostrar aos leitores que estavam sob censura: o paulista *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias no lugar da foto ou texto que o censor cortava; *O Estado de S. Paulo* publicava poemas de Camões.

Nas artes, a censura começou no dia seguinte ao golpe militar: a peça *Os Pequenos Burgueses*, de Máximo Gorki, foi proibida e só voltou ao cartaz três meses depois, com a exclusão da *Internacional*, hino comunista.

A repressão em geral e a censura em particular foram mais violentas entre 1969 e 1974, no governo Médici. Entre outros, foram proibidos os filmes estrangeiros *Último Tango em Paris*; *Queimada*; *Sacco e Vanzetti*; *Mimi, o Metalúrgico*; e os nacionais *Toda Nudez Será Castigada* e *Terra em Transe*. O governo militar apreendeu 100 filmes brasileiros em 1970.

O campeão dos censurados no teatro foi Plínio Marcos — *Navalha na Carne*; *Dois Perdidos numa Noite Suja*. Foram proibidas até peças premiadas por órgãos do governo, como *Rasga Coração*, de Oduvaldo Viana Filho; e *Aprendiz de Feiticeiro*, peça infantil de Maria Clara Machado.

A Lei de Segurança Nacional enquadrou vários compositores por desrespeito à censura. Em 1976, foram vetadas 292 composições. Chico Buarque, Taiguara e Luiz Gonzaga Júnior foram os mais proibidos. A música *Pra Não Dizer que não Falei das Flores (Caminhando)*, de Geraldo Vandré, ficou célebre e passou a ser cantada quando havia manifestações públicas.

A censura proibiu, entre outros, livros de Lênin, Che Guevara, Mao Tse-tung. *História do Surrealismo* foi proibido só porque um artigo se chamava "Revolução na Poesia", e a palavra *revolução* estava proibida. O artista Volpini foi condenado a um ano de prisão porque seu quadro *Penhor da Igualdade* usava uma fotografia em que aparecia, num muro, a inscrição "Viva a Guerrilha do Pará".

A preocupação com a segurança se expressou também na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que montou uma rede com milhares de agentes secretos e informantes, infiltrados em órgãos públicos, empresas, sindicatos, escolas, bares, edifícios. Com tanta preocupação com a segurança, a *insegurança* tornou-se companheira de todas as horas: um colega de trabalho, estudante, vizinho, qualquer um poderia ser um espião do SNI.

Organizações paramilitares completavam o serviço de contenção dos movimentos populares. Entre esses grupos, havia um, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujos integrantes andavam armados de maneira ostensiva.

## 6. A resistência

A nação não aceitou passivamente o regime instaurado em 1964. Amplos setores da população — políticos, trabalhadores, estudantes, artistas, organizações da sociedade civil — se opuse-

ram à ditadura militar e lutaram contra a repressão e pela volta ao processo democrático. Os episódios lembrados a seguir ilustram uma parte dessa resistência.

No Rio de Janeiro, em 1968, em protesto contra o regime e contra a morte do estudante Edson Luís pela polícia, 100 000 pessoas saíram às ruas em passeata: a *passeata dos cem mil.* Em São Paulo, a polícia prendeu 900 estudantes, de todas as partes do país, reunidos para um congresso da UNE.

Os religiosos dominicanos estiveram na primeira linha da resistência da Igreja Católica. Vários foram presos e torturados. Um deles, o frei Tito, suicidou-se na França, após sua libertação em troca de um embaixador seqüestrado pela guerrilha urbana. Tito sucumbiu aos traumas provocados por terríveis sessões de tortura, praticadas pela polícia e pelo Exército em São Paulo.

Muitos brasileiros, jovens em sua maioria, viram no AI 5 o fechamento dos meios de resistência pacíficos e se lançaram à luta armada. A partir de 1968, surgiram várias organizações, resultantes de divisões do Partido Comunista. Entre outras, podemos citar:

- Var-Palmares, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares;
- VPR, Vanguarda Popular Revolucionária;
- Colina, Comando de Libertação Nacional;
- MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (data da morte de Che Guevara na Bolívia em 1967).

Essas organizações tinham como líderes militantes de esquerda, como o ex-deputado federal comunista Carlos Marighella, ou militares, como o capitão Carlos Lamarca, que fugiu de um quartel do Exército em Osasco (São Paulo), com um caminhão carregado de armas. Tentaram a guerrilha urbana. Seqüestravam diplomatas estrangeiros e os trocavam por presos políticos, que o governo bania e enviava ao exterior. Para conseguir fundos, assaltavam bancos. A tática se revelou ineficiente e não ganhou o apoio da população. A repressão policial-militar dizimou todos os grupos, que a propaganda do regime chamava de *terroristas*.

A oposição armada tentou também a guerrilha rural. Dois episódios merecem destaque:

1. O foco guerrilheiro, com não mais de uma dezena de combatentes, liderado por Lamarca no Vale do Ribeira, São Paulo. Conseguiram furar o cerco de milhares de soldados e escapar.

2. A guerrilha do Araguaia, entre Goiás, Pará e Maranhão, entre 1969 e 1974, com cerca de 70 revolucionários. Para combatê-los, foram arregimentados 20 000 militares, numa operação que usou pára-quedistas e exigiu até a construção de estradas. Quase todos os guerrilheiros foram mortos.

O líder mais conhecido da guerrilha do Araguaia foi Osvaldo Orlando da Costa, mineiro nascido em 1938 e morto em 1974, no sul do Pará. O general Hugo Abreu, um dos militares que combateram a guerrilha, considerou-a "o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural".

# Questões propostas

1. Quais foram as primeiras medidas do regime militar instaurado em 1964? Que entidade contribuiu para sua instituição? Comente-a.

2. Quais eram os objetivos econômicos do regime militar?

3. O que foi o "milagre brasileiro"? A que se deveu?

4. Por que a crise se mostrou tão grave no Brasil?

5. Comente o resultado da crise e do "milagre" para a maioria da população brasileira, partindo do fenômeno da concentração de renda entre 1970 e 1980.

6. O que leva as multinacionais a instalar-se em países do Terceiro Mundo? Como o governo de Juscelino Kubitschek as tratou? Como elas se saíram durante esse governo?

7. Quais os dois aspectos característicos da atuação das multinacionais no Brasil?

8. Com que instrumentos os militares fizeram a

escalada rumo à concentração de poderes quase que ilimitados em suas mãos? Comente o mais discricionário desses instrumentos.

9. O que era a doutrina da segurança nacional?

10. Que conseqüências traz o crescimento econômico promovido em associação com as multinacionais? O que aconteceu no caso do Brasil?

11. O que era o SNI? Como atuava?

12. Faça uma síntese.sobre os movimentos armados de contestação à ditadura militar, na cidade e no campo.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964.
Tropas militares ocupam as ruas da cidade, consolidando o golpe desencadeado dois dias antes, que derrubou o governo de João Goulart.

Contra o regime de ditadura implantado pelos militares em 1964 ergueram-se amplos setores da sociedade, sobretudo estudantes, intelectuais e artistas. Na foto, da esquerda para a direita: Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benguell e Cacilda Becker.